



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

16h, 22

TRIBUNAL CENTRAL de INSTRUÇÃO CRIMINAL
J.C.I.C.
04 FEV 2020
Rubrica:  N. Reg: _____

Exmo. Senhor

Juiz de Instrução Criminal

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

ENT.: N.º 664/2020

04/02/2020

Proc.º n.º 5892/2019

ASSUNTO: Processo de Inquérito N.º 661/17.1TELSB - Depoimento por escrito

Na sequência da notificação de V. Exa. de 24 de janeiro de 2020, encarrega-me S. Exa. o Primeiro-Ministro de remeter o depoimento por escrito, devidamente autorizado pelo Conselho de Estado, nos termos conjugados do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 31/84, de 6 de setembro e do n.º 2 do art.º 503.º do Código de Processo Civil *ex vi* do art.º 139.º Código de Processo Penal.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Francisco André

O Primeiro Ministro

Meritíssimo

Juiz de Instrução Criminal

ANTÓNIO LUÍS SANTOS DA COSTA, portador do Cartão de Cidadão n.º 6009694, válido até 2025/05/14, Primeiro-Ministro do XXI Governo Constitucional de 26 de novembro de 2015 a 26 de outubro de 2019, e do XXII Governo Constitucional desde 26 de outubro de 2019, vem, como testemunha arrolada pelo Professor Dr. José Alberto Azeredo Ferreira Lopes, no processo judicial que corre termos no Tribunal Central de Instrução Criminal, Secção Única, sob o registo n.º 661/17.1TELSB, e mediante autorização concedida por deliberação do Conselho de Estado de 26 de dezembro de 2019, declarar sob compromisso de honra o que é do seu conhecimento pessoal e direto quanto aos factos indicados nas questões remetidas pelo Mmo. Juiz de Instrução Criminal, nos termos seguintes:

- 1) Antes do Assalto aos Paíóis Nacionais de Tancos (doravante PNT), tinha conhecimento das condições físicas e de segurança daquelas instalações militares?**

Não.

- 2) O arguido Azeredo Lopes, enquanto Ministro da Defesa Nacional, tinha conhecimento das condições físicas e de segurança dos PNT?**

Admito que sim, pelo menos parcialmente, uma vez que a posteriori soube que o então MDN já tinha tomado medidas para melhorar as condições de segurança dos PNT. Com efeito, proferira a 5 de junho de 2017 o despacho n.º 5717/2017 (Concordância prévia - Autorização do lançamento da empreitada - PM 001/VNBarquinha - Polígono de Tancos (UAGME) - «Reconstrução da vedação



periférica exterior no perímetro Norte, Sul e Este dos Países Nacionais de Tancos», conforme publicado em Diário da República n.º 125/2017, Série II de 2017-06-30).

3) Quando soube do Assalto aos PNT?

A 28 de junho de 2017, no dia em que o mesmo foi detetado.

4) Por quem soube?

Pelo então Ministro da Defesa Nacional.

5) Quando falou, pela primeira vez, com o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, sobre o Assalto aos PNT? Qual o conteúdo da conversa?

Quando o então Ministro da Defesa Nacional, a 28 de junho de 2017, me comunicou a ocorrência. Informou-me o que tinha acontecido, tendo-me igualmente transmitido que tinham sido efetuadas pelo Exército as diligências apropriadas e que a ocorrência já tinha sido comunicada à PJM e ao Ministério Público.

6) E com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas? Qual o conteúdo da conversa?

No dia 11 de julho de 2017, em reunião com as chefias militares por mim convocada.

Nessa reunião com o então Ministro da Defesa Nacional e as chefias militares, estas atestaram-me que a segurança das instalações militares estava assegurada.

Verifiquei ainda que, sob a orientação do ex-MDN, estavam já a ser tiradas lições do ocorrido e a ser preparadas todas as medidas necessárias e possíveis no sentido de evitar, nas instalações à guarda das Forças Armadas, acontecimentos semelhantes.

O CEMGFA à época, General Pina Monteiro, deu, aliás, nesse dia, nota pública da informação que me foi prestada nessa reunião.

7) E com o Chefe do Estado-Maior do Exército? Qual o conteúdo da conversa?

Na mesma reunião de dia 11 de julho e nos mesmos termos referidos na resposta anterior.

8) Falou sobre o Assalto aos PNT, com:

- Arguido Luís VIEIRA, Diretor da PJM?
 - Com Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros?
 - Com Sua Excelência a Senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna?
 - Com Sua Excelência a Senhora Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa?
 - Com Sua Excelência o Senhor Presidente da República?
 - Outros, mesmo não portugueses? Quem?
- Quando? Em que moldes? Qual o conteúdo desses contactos/conversas? Que cenários lhe foram apresentados? Por quem?

Nunca falei com o então Diretor da PJM sobre o assalto a Tancos, nem sobre qualquer outro assunto.

No dia em que soube do assalto, contactei imediatamente Sua Excelência o Presidente da República.

Estive em permanente contacto com os membros do Governo e os secretários-gerais do SIRP e do SSI.

Como tive oportunidade de responder à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso de Tancos, acertei com a Senhora Secretária-Geral do SSI a convocação de uma reunião extraordinária da UCAT para o dia 30 de junho de 2017, tendo como ponto único da sua agenda o furto de Tancos.

- 9) Foi informado das conclusões da reunião extraordinária da UCAT que teve lugar no dia 30.06.2017? Quando? Por quem? Em que moldes? Do que foi concretamente informado?

Imediatamente após o termo dessa reunião, a Senhora Secretária-Geral do SSI transmitiu-me a avaliação efetuada dos potenciais impactos para a segurança interna, e a conclusão de que não se justificava alterar o grau de ameaça à segurança interna, ao mesmo tempo que me deu conta do acionamento dos procedimentos previstos e pertinentes, assim como das adequadas medidas de cooperação e coordenação adotadas a nível nacional e internacional em casos deste tipo.

A Senhora Secretária-Geral do SSI esclareceu, em particular, que não havia qualquer indício de ligações a ameaça terrorista ou criminalidade organizada. Foi com base na informação da UCAT, transmitida pela Secretária-Geral do SSI, que o governo orientou a sua ação à época, adequadamente ponderados os cenários possíveis na decorrência do acontecido em Tancos.

10) Teve conhecimento da lista de material de guerra subtraído? Quando? Por quem?

No dia 11 de julho de 2017, como respondido na pergunta 6, acima, em reunião por mim convocada em que estiveram presentes os então MDN, CEMGFA e chefes de estado-maior da Marinha, do Exército e da Força Aérea, foi-me feito um relatório circunstanciado sobre a natureza, características e condições operacionais do material furtado. Nessa ocasião, foram reportadas as características técnicas, possibilidades e limitações dos diversos tipos de material furtado.

11) Soube que nessa lista de material estava material de guerra idêntico a outro que já foi usado em ataques terroristas?

Na sequência da reunião extraordinária da UCAT do dia 30 de junho de 2017, que teve como ponto único da sua agenda o furto de Tancos, a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna esclareceu-me, em particular, que não havia qualquer indício de ligações a ameaça terrorista ou criminalidade organizada.

12) Ponderou a adoção de algumas medidas, de âmbito nacional e internacional, em concreto? Quais?

No quadro das suas responsabilidades, o Governo adotou ou promoveu a adoção imediata de todas as medidas adequadas no quadro dos procedimentos estabelecidos, incluindo as medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos similares. Ao mesmo tempo, foram adotadas todas as providências que se impunham para garantir que o material militar à guarda das Forças Armadas, e em particular do Exército, estivesse devidamente protegido e seguro. Além disso, ao longo das semanas seguintes foi garantido o robustecimento da segurança física de algumas instalações para onde seria movimentado o material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Países Nacionais de Tancos.

13) Teve conhecimento de que Embaixadas de vários países, sobretudo de Nações integradas na Comunidade de Países de Língua Portuguesa e na NATO, pediram informações ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Português sobre a localização do material militar e sobre os procedimentos que foram adotados pelas autoridades portuguesas? Em caso afirmativo, em que altura? De que países?

Como referi na resposta anterior, o Governo adotou ou promoveu a adoção imediata das medidas de cooperação e coordenação previstas a nível internacional em casos similares. Os mecanismos de troca de informação estabelecidos funcionaram normalmente e nenhum parceiro internacional

manifestou preocupação quanto à capacidade das autoridades nacionais para lidar com a questão.

14) Teve conhecimento da Nota para a Comunicação Social, da PGR, de 04.07.2017?

15) Quando? De que forma?

Resposta às perguntas 14 e 15

Tive conhecimento da nota no dia em que a mesma foi emitida e divulgada publicamente.

16) Em face disso, ficou ciente de que o processo-crime onde se investigava o Assalto aos PNT passou a ser da titularidade do DCIAP?

17) Ficou ciente de que o processo-crime onde se investigava o Assalto aos PNT passou a ser investigado exclusivamente pela PJ?

18) E que a PJM passaria, unicamente, a prestar colaboração institucional à PJ?

Resposta às perguntas 16, 17 e 18

O teor da nota era inequívoco:

“(…) o Ministério Público decidiu que a investigação relativa aos factos cometidos em Tancos deveria prosseguir no âmbito de um inquérito com objeto mais vasto a ser investigado no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP).

No processo, o Ministério Público é coadjuvado pela Unidade Nacional Contra Terrorismo (UNCT) da Polícia Judiciária, com total colaboração institucional da Polícia Judiciária Militar”.

19) Sabe qual a relação do arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, com o arguido Luís Vieira, Diretor da PJM?

Desconheço qualquer relação para além da relação institucional.

20) Sabe como o arguido Luís VIEIRA reagiu à decisão da PGR? Por quem? Quando?

Não.

21) Falou com o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, sobre a reação do arguido Luís Vieira, Diretor da PJM, à Nota para a Comunicação Social, da PGR, e ao facto de a PJM ter sido afastada da investigação no processo-crime?

22) Quando? Qual o conteúdo dessa conversa?

Resposta às perguntas 21 e 22

Não falei com o então MDN sobre a reação a esses factos do diretor da PJM à época.

23) Sabe se o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, manteve encontros no Ministério da Defesa Nacional e fora das instalações do Ministério da Defesa Nacional, com o arguido Luís VIEIRA, Diretor da PJM, para falarem sobre a evolução do processo de Tancos?

Não.

24) Sabe se o arguido Azeredo Lopes e/ ou o arguido Vieira mantiveram contactos, com o mesmo objetivo, com o Tenente-General João Luís Ramirez de Carvalho Cordeiro, Chefe da Casa Militar do Presidente da República?

Não.

25) Por quem soube? Quando soube? Quando foram? Onde foram? Quem esteve presente?

Ver resposta à pergunta anterior.

26) Qual o objetivo desses encontros e contactos?

Ver resposta à pergunta 24.

27) O que resultou dos mesmos?

Ver resposta à pergunta 24.

28) Sabe se o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, foi informado pelo arguido Luís VIEIRA, Diretor da PJM, de que este não iria cumprir a decisão da Procuradora-Geral da República e que tinha decidido que a PJM iria efetuar uma investigação paralela, à revelia da PJ e do Ministério Público?

Não.

29) Em caso afirmativo, quando soube, como soube, por quem soube?

Ver resposta anterior.

30) Em caso afirmativo, que medidas adotou?

Ver resposta à pergunta 28.

31) Sabe se o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, deu a concordância ao arguido Luís VIEIRA para este executar todas as diligências necessárias à recuperação do material militar, com total desconhecimento do Ministério Público e da PJ?

Não. Nem creio que isso pudesse ter acontecido. Como tive oportunidade de declarar à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso de Tancos, considero que o Professor Doutor Azeredo Lopes sempre desempenhou com lealdade as funções de Ministro da Defesa Nacional.

32) Em caso afirmativo, quando, como e por quem soube?

Ver resposta anterior.

33) Em caso afirmativo, que medidas adotou?

Ver resposta à pergunta 31.

34) Convocou uma reunião onde, para além do arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, estiveram presentes os Chefes de Estado Maior Gerais, para a discussão da segurança em instalações militares? Quando? Quem esteve presente? Quais as conclusões da mesma?

Como já referi na resposta à pergunta 6, no dia 11 de julho de 2017 teve lugar no meu Gabinete a reunião por mim convocada com o MDN, o CEMGFA e os Chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas.

Nessa reunião foi-me feito um relatório circunstanciado sobre a natureza, características e condições operacionais do material furtado e de outro material que, estando depositado nos PNT, aí havia permanecido.

Por outro lado, os Chefes Militares asseguraram-me que a segurança das instalações militares estava assegurada. Verifiquei ainda que, sob a orientação do então MDN, estavam já a ser preparadas todas as medidas necessárias para reforçar a segurança nas instalações à guarda das Forças Armadas. Ao longo das semanas seguintes pude constatar a concretização do robustecimento da segurança física de algumas instalações para onde seria movimentado o material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Paióis Nacionais de Tancos. O CEMGFA à época, General Pina Monteiro, deu, aliás, nesse dia, nota pública da informação que me foi prestada nessa reunião.

35) Sabe se o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, se comprometeu perante o arguido Luís VIEIRA, Diretor da PJM, a consultar um Professor de Direito para averiguar se estaria disponível para elaborar um

parecer jurídico que pudesse fundamentar a alteração do despacho do Ministério Público quanto à competência para a investigação?

Não.

36) Teve conhecimento de uma reunião que teve lugar no Ministério da Defesa Nacional, no dia 04.08.2017, entre o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional e o arguido Luís Vieira, Diretor da PJM, na presença do Chefe de Gabinete Tenente-General Martins Pereira? Quando? Por quem? Qual o conteúdo dessa reunião?

Não.

37) Teve conhecimento da entrega pelo arguido Luís VIEIRA, Diretor da PJM, ao arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, de três documentos, os de fls. 11916 a 11918, 11919 e 11920, cuja cópia se remete:
- Um denominado Memorandum, com o timbre da PJM, assinado pelo arguido Luís VIEIRA;
- Outro denominado FITA DO TEMPO;
- E uma cópia do despacho do Ministério Público, datado de 07.07.2017, proferido no processo-crime com o NUIPC 48/17.6JLSB, processo que se encontrava em segredo de justiça?

Não.

38) Teve conhecimento de que o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, deu ordens, nessa reunião, ao Tenente-General Martins Pereira, seu Chefe de Gabinete, para enviar cópia desses documentos para Sua Exa. o Senhor Primeiro-Ministro?

Não.

39) Recebeu esses documentos? Quando?

Não.

40) Em caso afirmativo, o que retirou e concluiu dos mesmos?

Ver resposta anterior.

41) Teve conhecimento de que, em data não determinada do fim de Setembro de 2017, o arguido Luís VIEIRA, Diretor da PJM, falou com o Tenente-General Martins Pereira, Chefe de Gabinete do arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, e pediu-lhe que alertasse o Exército, uma vez, que, de um

momento para o outro, a PJM poderia ter necessidade do apoio de umas equipas de EOD (*Explosive Ordnance Disposal*), caso viessem a encontrar o material de guerra, que de um dia para o outro deveriam chegar ao mesmo e, ainda, que os militares deveriam estar preparados para essa situação? Quando? Por quem?

Não.

42) Sabe se o Chefe de Gabinete transmitiu esse pedido ao arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional? Quando?

Ver resposta à pergunta anterior.

43) O arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, deu-lhe conhecimento desse pedido? Quando?

Ver resposta à pergunta 41.

44) Sabe se, no dia 28.09.2017, em Belém, na cerimónia militar comemorativa do 100º aniversário da Aviação Naval, em conversa com o Vice-CEME Tenente-General Fernando Serafino, o Tenente-General Martins Pereira confidenciou que lhe parecia que a PJM andaria em cima dos suspeitos do furto e que era possível que o caso viesse a esclarecer-se, em breve, e o material furtado recuperado e que poderia haver necessidade do apoio do Exército?

Não.

45) Foi informado desta conversa e do seu teor? Quando? Por quem?

Nunca fui informado dessa eventual conversa nem do seu teor.

46) Sabe se o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, deu instruções ao seu Chefe de Gabinete para alertar o CEME da necessidade de as equipas EOD do Exército estarem preparadas para entrarem em ação a qualquer momento? Quando? Por quem?

Não.

47) Sabe se, na sequência dessas instruções, em data não apurada, mas antes de 18.10.2017, o Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Tenente-General Martins Pereira, falou com o Chefe de Gabinete do CEME, Tenente-General José Fonseca e Costa? Quando soube? Por quem?

Não.

48) Sabe se o Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Tenente-General Martins Pereira, perguntou, então, ao Chefe de Gabinete do CEME e, qual o grau de prontidão das equipas EOD do Exército, informando-o da necessidade de as equipas EOD estarem prontas, porque poderia haver desenvolvimentos a curto prazo relacionados com o material militar subtraído dos PNT? Quando soube? Por quem?

Não.

49) Sabe se o Chefe de Gabinete do CEME transmitiu o teor dessa pergunta ao CEME General Frederico Rovisco Duarte? Quando soube? Por quem?

Não.

50) Sabe se o CEME lhe respondeu que as equipas EOD do Exército estavam sempre prontas, com nível de prontidão de duas horas, mas pediu-lhe que confirmasse junto do Comando das Forças Terrestres se, de facto, assim, acontecia? Quando soube? Por quem?

Não.

51) Sabe se o Chefe de Gabinete do CEME confirmou essa informação, através dos Adjuntos do CEME, junto do Comando das Forças Terrestres? Quando? Por quem?

Não.

52) Sabe se depois transmitiu essa informação ao Chefe de Gabinete do arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional? Quando? Por quem?

Não.

53) Sabe se depois, o Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Tenente-General Martins Pereira, transmitiu essa informação ao arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional e ao arguido Luís VIEIRA, Diretor da PJM? Quando? Por quem?

Não.

54) O arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, transmitiu, depois, essa informação a S. Exa. ao Senhor Primeiro Ministro? Quando? Tomou alguma medida?

Não.

55) Quando tomou conhecimento da recuperação do material militar na Chamusca? De que forma? Por quem? A que horas?

Durante a manhã do próprio dia da recuperação, através de um contacto telefónico do então MDN.

56) O que soube quanto à forma como ocorreu essa recuperação?

Soube pelo então MDN que nessa madrugada a Polícia Judiciária Militar recuperou, na região da Chamusca, o material militar furtado dos Paióis Nacionais de Tancos. Soube também que o material recuperado já se encontrava nos Paióis de Santa Margarida, à guarda do Exército, onde estava a ser realizada a peritagem para identificação mais detalhada. Toda esta informação foi divulgada publicamente pela PJM nessa mesma manhã.

57) Quando tomou conhecimento dessa recuperação foi logo informado que se tratava do material militar dos PNT?

Sim, como respondido na resposta anterior.

58) Foi informado que tinha sido recuperado todo o material ou só parcialmente?

Na altura, a informação que me foi comunicada foi a de que, não obstante ainda decorrerem peritagens, o material tinha sido recuperado, como consta no comunicado divulgado à época pela PJM.

59) Foi informado de que o Núcleo de Investigação Criminal da GNR de Loulé tinha colaborado na recuperação do material militar? Estranhou esse facto face à Nota para a Comunicação Social da PGR, de dia 04.07.2017?

Tomei conhecimento dessa colaboração pelo Comunicado da PJM e não a relatei então com a nota para a comunicação social da PGR de 04.07.2017.

60) Quando e por quem teve conhecimento do Comunicado da PJM do dia 18.10.2017?

Tive conhecimento do Comunicado quando o mesmo foi tornado público.

61) Sabe quem o mandou elaborar? Quem determinou o seu conteúdo? Quem o elaborou?

Não.

62) O teor do Comunicado suscitou-lhe algumas perplexidades?

Não.

63) Estranhou, no Comunicado, ser referido que a Polícia Judiciária Militar informa que, na prossecução das suas diligências de investigação no âmbito do combate ao tráfico e comércio ilícito de material de guerra (. . .) face ao teor da Nota para a Comunicação Social, da PGR, de 04.07.2017, nomeadamente a referência ao afastamento da PJM da titularidade da investigação criminal, no processo de Tancos?

O Comunicado da PJM não permitia supor que a recuperação não tinha sido efetuada no quadro da colaboração institucional a que a PJM estava vinculada, nos termos da Nota para a Comunicação Social da PGR de 04.07.2017.

64) Estranhou, no Comunicado, a PJM informar que tinha tido a colaboração do Núcleo de Investigação Criminal da GNR de Loulé, na recuperação do material?

Estranhei, tendo em conta a distância entre Loulé e o local da operação. No entanto, admiti que resultasse de uma operação que decorreria em diversas localidades, no âmbito da cooperação que deve existir entre órgãos de polícia criminal.

65) Estranhou, no Comunicado, ser referido que o DCIAP, titular da ação penal, foi informado das diligências em curso?

Não. Reforçou a minha convicção que a ação se desenvolveu no quadro da cooperação institucional definida pela Senhora Procuradora-Geral da República.

66) É adequada a colaboração, do ponto de vista formal, do Assessor de Comunicação do Ministério da Defesa Nacional, na elaboração do Comunicado da PJM, referente a diligências efetuadas num processo-crime?

A questão é opinativa. Em qualquer caso, transcreve-se a resposta já dada por mim sobre o mesmo assunto à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos:

“O ex-Ministro da Defesa Nacional explicou nas suas declarações à Comissão Parlamentar de Inquérito as circunstâncias em que o seu Gabinete apoiou, tecnicamente, a elaboração do Comunicado. Dessas declarações resulta claro que o Governo não participou na redação ou validação de um Comunicado de um órgão de polícia criminal, que está na dependência funcional do Ministério Público, no âmbito de uma investigação criminal”.

67) Teve conhecimento de que a Senhora Procuradora-Geral da República tentou, várias vezes, em vão, na manhã do dia 18.10.2017, falar telefonicamente com o arguido Luís Vieira, Diretor da PJM? Por quem? Quando?

Não.

68) Teve conhecimento de que a Senhora Procuradora-Geral da República manteve um contacto telefónico com o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, na manhã do dia 18.10.2017?

Sim.

69) Como soube? A que horas soube? Por quem?

Soube pelo então MDN, embora não consiga precisar a data exata.

70) Sabe de que constou essa conversa telefónica?

O então Ministro da Defesa Nacional referiu-me que a ex-Procuradora Geral da República teria a intenção de enviar uma participação por escrito, para efeitos de abertura de um processo disciplinar, porque estaria descontente com a atuação da PJM.

71) Sabe que a Senhora Procuradora-Geral da República estava descontente? Quando soube? Com o quê? Que medidas tomou?

Tal como respondido na pergunta anterior, o então Ministro da Defesa Nacional referiu-me que a ex-Procuradora Geral da República teria a intenção de enviar uma participação por escrito, para efeitos de abertura de um processo disciplinar, o que em si é revelador de que a Senhora Procuradora-Geral estaria descontente. Tanto quanto é do meu conhecimento, porém, essa participação nunca foi formalizada.

72) Na sequência da recuperação do material de guerra, fez alguma declaração de que tinha sido recuperado todo o material?

Sim.

73) Em caso afirmativo, que informação tinha desse facto? Quem lhe prestou tal informação e quando? Quando soube que não correspondia à verdade?

Como respondido à pergunta 58, a informação que me foi comunicada na altura foi a de que, não obstante ainda decorrerem peritagens, o material tinha sido recuperado.

Foi noticiado mais tarde, em meados de julho de 2018, que afinal ainda faltaria recuperar alguns artigos. Contudo, creio que este processo judicial permitirá saber definitivamente a verdade, clarificando qual o material furtado e qual o material recuperado.

74) Falou com o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, sobre a recuperação do material de guerra, a propósito do Debate Quinzenal com o Primeiro Ministro, que teve lugar na Assembleia da República no próprio dia 18.10.2017, às 15.00 horas? O que conversaram?

Como respondido na pergunta 55, acima, o então MDN, no próprio dia da recuperação, durante a manhã, informou-me da recuperação do material. Obviamente, decorrendo nessa mesma tarde o habitual debate quinzenal, naturalmente antecipámos que o assunto fosse afluído, como efetivamente se verificou.

75) E no dia 21.10.2017, sábado, às 10.30 horas, por ocasião do Conselho de Ministros Extraordinário, em São Bento, o que conversaram sobre a recuperação do material de guerra?

Como foi amplamente noticiado, o referido Conselho de Ministros Extraordinário foi exclusivamente dedicado à adoção de medidas de reparação e recuperação das comunidades e regiões afetadas pelas trágicas consequências dos incêndios de grandes dimensões que tinham atingido o país em junho e outubro, à melhoria da resiliência do território e das infraestruturas e à reforma do modelo de prevenção e combate aos incêndios florestais, não permitindo a ocasião abordar outros assuntos.

76) Teve conhecimento de que o arguido Luís VIEIRA, Diretor da PJM, e o arguido VASCO BRAZÃO, Major, Investigador da PJM, foram recebidos no Ministério da Defesa Nacional, na manhã do dia 20.10.2017. Quando? Por quem soube? Quem os recebeu?

Não.

77) A que se destinava tal reunião?

Ver resposta anterior.

78) O que foi tratado nessa reunião?

Ver resposta à pergunta 76.

79) Que documentos foram entregues no Ministério da Defesa Nacional, nesse dia? A quem? Por quem? Foi registada a sua entrega?

Ver resposta à pergunta 76.

80) Teve conhecimento de que foi entregue um documento não assinado, sem timbre, que consta de fls. 3636 a 3637 dos autos e cuja cópia se remete para conhecimento?

Na altura não tive qualquer conhecimento de que foi entregue o documento nesse encontro; encontro do qual, como respondido na pergunta 76, também não tive conhecimento.

81) Quem entregou esse documento?

Ver resposta à pergunta 76 e seguintes.

82) Quem recebeu esse documento?

Ver resposta à pergunta 76 e seguintes.

83) Quando teve conhecimento da entrega desse documento? De que forma? Por quem?

A 10 outubro de 2018, através do anúncio público do Tenente-general Martins Pereira de que o tinha feito chegar ao Ministério Público.

84) O arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, deu-lhe conhecimento de ter lido esse documento? Quando deu conhecimento? O que lhe explicou quanto ao momento e à forma em que tomou conhecimento do mesmo? Deu-lhe conhecimento do seu conteúdo? Em que moldes?

O então MDN nunca me deu conhecimento de ter lido o referido documento.

85) Discutiu o conteúdo desse documento com o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa? Quando? Em que circunstâncias? Quando é que leu esse documento?

No dia 12 de outubro de 2018, ao fim da manhã, no meu gabinete, mostrei ao Professor Dr. Azeredo Lopes o documento que consta de fls. 3636 a 3637 dos autos. Esse documento, que eu próprio vi e li pela primeira vez nessa manhã, foi-me presente pouco tempo antes pelo chefe do meu Gabinete. Tinha-lhe sido

entregue pelo assessor militar do meu Gabinete, a quem pouco tempo antes nesse mesmo dia tinha sido facultado pelo Tenente-general Martins Pereira, nas circunstâncias em que expliquei à Comissão Parlamentar de Inquérito do caso de Tancos. Com efeito, face às numerosas notícias que, desde o final da tarde de 10 de outubro de 2018, estavam a ser veiculadas na comunicação social, com informação contraditória sobre o referido documento, o chefe e o assessor militar do meu Gabinete diligenciaram nos dias 11 e 12 de outubro de 2018, no sentido de esclarecer a veracidade dessas notícias.

Da referida reunião de 12 de outubro de 2018, fiquei com a convicção de que o então Ministro da Defesa Nacional nunca tinha visto anteriormente tal documento.

86) Que perplexidades lhe suscitou a sua leitura, designadamente as seguintes passagens:

O informador da PJM diz que vai dar a localização de umas granadas, como prova de que fala a verdade, mas a PJM tem de guardar essas granadas dois dias e nunca chamar a PJ e que depois ele dará a localização do resto material sempre com a condição do não envolvimento da PJ e que se o acordo for quebrado o material de Tancos desaparece e a família do Major Brazão não terá descanso.

O Informador da PJM diz que terá de ser feita uma chamada anónima da margem sul de um local que possa ser identificado.

O Major Brazão dá ordem a militar seu para às 03 da manhã fazer uma chamada para o piquete, que nesse dia era o próprio Major Brazão.

Major Brazão com receio que o Major Pinto da Costa comece a fazer diligências que colocassem a PJ no local informa o Diretor Geral da PJM e informa-o do «contrato» com o Informador. Que era preciso travar o Major Pinto da Costa e este sendo mais antigo que o Major Brazão era fundamental o Diretor-geral ir para o terreno e fazer o material entrar em quartéis sem demora visto que assim que se apercebessem que podia ser de Tancos o Coronel Estalagem de imediato informaria o Diretor da UNCT e a sua família correria risco e o material nunca apareceria.

Quando Major Brazão chega ao local acompanhado do Diretor-geral pensa que o que está ali são apenas granadas e as outras caixas estarão vazias e serão apenas uma prova para a PJM manter o acordo. É preciso a todo o custo manter o acordo

O que concluiu com a sua leitura?

Como respondi à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso de Tancos, constatei tratar-se de algumas folhas de papel sem qualquer timbre, data, rubrica ou assinatura, epígrafe contendo assunto ou registo de qualquer tipo que permitisse identificar a sua origem. Aparentemente, descreve um conjunto de

técnicas e procedimentos operacionais que teriam sido empregues pela Polícia Judiciária Militar para recuperar o material que fora furtado em Tancos.

Por seu turno, a leitura do mesmo revela (i) o objetivo preciso de recuperar o material furtado, (ii) a preocupação em salvaguardar a identidade de um informador e (iii) indícia que a Polícia Judiciária Militar procurou ocultar à Polícia Judiciária o conhecimento desta operação.

87) Concluiu que a recuperação do material de guerra, tal como foi divulgado pela PJM, tinha sido encenada?

Percebi tratar-se de um documento apócrifo, confuso, que não permite mais conclusões do que as já referidas na resposta anterior.

88) É que tinha havido uma investigação paralela da PJM, à revelia da PJ?

Resulta claro do documento que, pelo menos esta ação, decorreria em paralelo e sem conhecimento da PJ.

89) Que medidas adotou após o conhecimento do conteúdo do documento?

Na medida em que o documento já tinha sido entregue pelo Tenente-general Martins Pereira ao Ministério Público e que, na semana anterior, a 4 de outubro de 2018, o até então Ministro da Defesa Nacional havia já determinado à Inspeção-geral de Defesa Nacional uma auditoria ao processo de prevenção e investigação criminal na Polícia Judiciária Militar, não se impunha a adoção imediata de outras medidas.

90) Como explica que, após tal documento ter sido entregue no Ministério da Defesa Nacional, não tenha sido dado conhecimento do mesmo ao processo-crime que investigava o Assalto de Tancos ou à Procuradoria-Geral da República?

Não posso propor qualquer explicação para um facto que não era do meu conhecimento e sobre o qual não tive qualquer domínio.

91) Como explica que, após tal documento ter sido entregue no Ministério da Defesa Nacional, e por no mesmo estarem relatados factos suscetíveis de integrar a prática de ilícitos de natureza disciplinar, o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, não tenha participado os mesmos ao Inspetor-geral da Defesa Nacional?

Prejudicado pelas respostas às perguntas 84 e 85.

92) Sabe quais as regras relativas ao registo de entrada de documentos no Ministério da Defesa Nacional? Esse registo é arbitrário? Quem tem a obrigação de determinar esse registo?

Não tenho conhecimento das regras específicas que existem no MDN relativas ao registo de entradas de documentos, nem quem o determina.

93) Teve conhecimento de que o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, teve conhecimento, diretamente ou através do seu Chefe de Gabinete, Tenente-General Martins Pereira, de que a recuperação do material de Tancos, ao contrário do difundido no Comunicado da PJM, tinha sido encenada, tinha sido efetuada através de uma investigação paralela à investigação da PJ e mediante um acordo com os detentores do material, no dia 18.10.2017?

Não.

94) E após essa data, durante os restantes meses do ano de 2017 e até outubro de 2018, teve conhecimento de que o arguido AZEREDO LOPES, Ministro da Defesa Nacional, sabia que se tratava de uma recuperação encenada, efetuada mediante um acordo com os detentores do material e mediante uma investigação paralela?

Não.

95) E o Senhor Primeiro-Ministro? Teve em algum momento conhecimento de que se tratava de uma recuperação encenada, efetuada mediante um acordo com os detentores do material de guerra e mediante uma investigação paralela? Quando? De que forma?

Não.

96) No dia 20.10.2017, numa Conferência de Imprensa, no final de uma Cimeira de Chefes de Estado da União Europeia, o Senhor Primeiro-Ministro felicitou o trabalho desenvolvido pela Polícia Judiciária Militar e pela Guarda Nacional Republicana que permitiu recuperar o material furtado nos Paíóis de Tancos?

Sim.

97) Em caso afirmativo, o Senhor Primeiro-Ministro o que sabia acerca desse trabalho, para o ter felicitado?

A informação de que dispunha sobre a recuperação do material militar furtado era a que constava no Comunicado da PJM do dia 18 de outubro de 2017 e que me havia sido transmitida na manhã desse dia pelo então MDN.

98) Em algum momento, falou com o Senhor Presidente da República ou com algum elemento da Casa Militar da Presidência da República sobre a investigação de Tancos e sobre a recuperação do material? Quando? Em que moldes?

Nunca falei com nenhum elemento da Casa Militar da Presidência da República sobre este assunto.

Nos termos da Constituição da República Portuguesa, mantenho permanentemente informado Sua Excelência o Presidente da República acerca dos assuntos respeitantes à condução da política interna e externa do país.

99) Sabe se o arguido Luís VIEIRA, Diretor da PJM, enviou um e-mail ao arguido VASCO BRAZÃO, Investigador da PJM, no dia 19.10.2017, dizendo-lhe: "Atenção que eu ao chefe da casa militar do PR contei tudo o que sabia à data de 19set. o primeiro Ministro deve estar a receber *inputs* de vários lados."

Não.

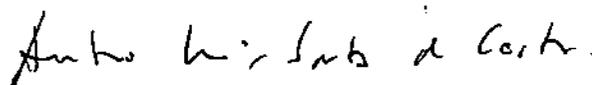
100) Mesmo no caso de não ter conhecimento do mesmo, sabe esclarecer o conteúdo deste e-mail? Que *inputs*, no sentido de informações, recebeu nessa data sobre o caso de Tancos?

Não tenho conhecimento de nenhum facto que me permita esclarecer o conteúdo desse e-mail e todas as informações que recebi nessa data sobre o caso de Tancos estão relatadas nas respostas a este conjunto de perguntas.

Respondidas todas as questões colocadas e nada mais tendo a acrescentar sobre os factos do meu conhecimento, cumpre-me apresentar a V. Exa., Meritíssimo Juiz de Instrução Criminal, a expressão dos meus melhores cumprimentos,

Junto em anexo cópia do meu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos, datado de 17 de maio de 2019.

Palacete de São Bento, Lisboa, 4 de fevereiro de 2020



António Luís Santos da Costa

O Primeiro Ministro

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar
de Inquérito sobre as consequências e
responsabilidades políticas do furto
do material militar ocorrido em
Tancos

Dr. Filipe Neto Brandão

António Luís Santos da Costa, portador do Cartão de Cidadão n.º 6009694, válido até 2025/05/14, depoente no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos, em resposta ao Ofício n.º 61/19.ª CPITANCOS/2019, de V. Exa., datado de 10 de maio de 2019, vem, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 16.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares (aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março, na sua versão atual), declarar sob compromisso de honra o que sabe quanto aos factos indicados no questionário que lhe foi remetido por essa Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos seguintes:

O Primeiro Ministro

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ART.º 16.º DO REGIME JURÍDICO DOS INQUÉRITOS PARLAMENTARES, A S.ExA. O PRIMEIRO-MINISTRO DO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL, PELA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS

Perguntas formuladas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda:

1. Como se sabe, o ex-Ministro da Defesa Nacional apresentou a sua demissão no dia 12 de outubro de 2018. Antes desta data, teve o Sr. Primeiro-Ministro conhecimento de algum memorando, ou outro documento, que apontava para a existência de um informador da Polícia Judiciária Militar para a recuperação do material de guerra furtado dos Países Nacionais de Tancos?

Não.

2. Se teve conhecimento, em que data ocorreu e quem lhe transmitiu essa informação, ou documento?

Na manhã do dia 12 de outubro de 2018, foi-me presente, pelo meu Chefe do Gabinete, um “documento” não assinado, não datado e não timbrado, que junto em anexo. Tinha-lhe sido entregue pelo Assessor Militar, Major-general Tiago Vasconcelos, a quem pouco tempo antes nesse mesmo dia fora facultado pelo Tenente-general Martins Pereira. Nesse documento refere-se a existência de um informador.

O Primeiro Ministro

Perguntas formuladas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata:

1. O Sr. PM declarou que a secretária-geral do Sistema de Segurança Interna, Helena Fazenda, lhe tinha transmitido que logo na primeira reunião da Unidade de Coordenação Antiterrorista (UCAT), ocorrida 48 horas depois do furto, de 28 de junho de 2017, tinham sido afastadas ligações de organizações terroristas ou de criminalidade organizada. Confirma esta afirmação? Que bases tinha para fazer tal afirmação de forma tão categórica? Quem lhe deu as informações de que o furto nada tinha a ver com estas atividades?

Efetivamente, a senhora Secretária-geral do Sistema de Segurança Interna transmitiu-me a avaliação efetuada nessa reunião dos potenciais impactos para a segurança interna, entre os quais o de que não havia informação que justificasse alterar o grau de ameaça à segurança interna, ao mesmo tempo que me deu conta do acionamento dos procedimentos previstos e pertinentes, assim como das adequadas medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos deste tipo.

A senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna esclareceu, em particular, que não havia qualquer indício de ligações a ameaça terrorista ou criminalidade organizada.

2. Em audiência nesta Comissão, a Dra. Graça Mira Gomes, secretária-geral dos Serviços de Informações, afirmou que "perante os vários cenários que lhe foram apresentados [na sequência do furto nos PNT], o primeiro-ministro optou por um deles" para justificar a ausência de ligações deste caso ao terrorismo internacional e ao crime organizado. É verdade que optou por um dos cenários apresentados pelo SIS, nomeadamente o menos grave, para fazer declarações aos portugueses desvalorizando o caso em vésperas de ir de férias?

O Primeiro Ministro

Todos os cenários que me foram apresentados foram objeto de adequada ponderação, tendo o Governo orientado a sua ação de acordo com a informação da UCAT, transmitida pela Secretária-geral do SSI.

O Governo em nenhum momento desvalorizou a ocorrência de Tancos. Pelo contrário, o Governo, no quadro das suas responsabilidades, agiu corretamente, de forma competente e com o sentido de Estado que as circunstâncias impunham, adotando ou promovendo a adoção imediata de todas as medidas adequadas no quadro dos procedimentos estabelecidos, incluindo as medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos similares. Ao mesmo tempo, foram adotadas todas as providências que se impunham para garantir que os materiais perigosos à guarda do Exército e das Forças Armadas estivessem devidamente protegidos e seguros.

3. Considera que o Ministro da Defesa Nacional lhe deu toda a informação necessária ao longo de todo este processo? Em algum momento sentiu que lhe foi ocultada informação?

O Professor Doutor Azeredo Lopes desempenhou com lealdade as funções de Ministro da Defesa Nacional, transmitindo-me sempre, em todos os assuntos, a informação que considerou relevante ou que eu solicitei.

4. Não considera que, perante a perigosidade do material de guerra furtado em Tancos, deveria ter tido uma ação mais ativa neste caso pedindo ao Ministro da Defesa Nacional que o mantivesse informado de todas as evoluções referentes a este caso?

O Primeiro Ministro

Tal como respondi na pergunta anterior, o ex-Ministro da Defesa Nacional transmitiu-me sempre, em todos os assuntos, a informação que considerou relevante ou que eu solicitei.

5. No dia 11 de julho de 2017, o Sr. Primeiro-Ministro reuniu com as chefias militares para discutir a segurança em instalações militares. Que conclusões tirou dessa reunião? Que orientações deu aos chefes militares?

Nessa reunião com o então Ministro da Defesa Nacional e as chefias militares, estas atestaram-me que a segurança das instalações militares estava assegurada. Verifiquei ainda que, sob a orientação do ex-Ministro da Defesa Nacional, estavam já a ser tiradas as lições do ocorrido e a ser preparadas todas as medidas necessárias e possíveis no sentido de evitar, nas instalações à guarda das Forças Armadas, acontecimentos semelhantes. Ao longo das semanas seguintes pude constatar a concretização do robustecimento da segurança física de algumas instalações para onde seria movimentado o material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Países Nacionais de Tancos.

O CEMGFA, General Pina Monteiro, deu, aliás, nesse dia, nota pública da informação que me foi prestada nessa reunião.

6. Na sequência do furto ocorrido nos PNT que questões lhe foram colocadas pelos nossos parceiros internacionais sobre o sucedido? Que garantias deu aos nossos parceiros em termos de segurança? Alguma vez foi colocada em causa a segurança de Portugal?

Os nossos parceiros internacionais não me colocaram quaisquer questões sobre esta matéria.

O Primeiro Ministro

7. Na dia 4 de agosto de 2017, o Coronel Luís Vieira entregou, ao Ministro da Defesa Nacional, um memorando a contestar a atribuição da competência da investigação do sucedido em Tancos à Polícia Judiciária, defendendo que a mesma deveria ficar para a PJM. Nesta Comissão, o Coronel Luís Vieira declarou que o Ministro da Defesa Nacional deu instruções para que esse memorando fosse enviado para o seu Gabinete. Que fez perante esse documento? Que importância lhe deu? Falou com o Ministro da Defesa sobre este assunto? Deu alguma orientação ao Ministro da Defesa Nacional sobre este assunto?

Um documento com esse teor nunca foi recebido no meu Gabinete, nem discuti o assunto com o ex-Ministro da Defesa Nacional.

8. Tendo em conta este memorando, as notícias que iam surgindo na imprensa e outros quaisquer elementos relevantes para este caso teve, em algum momento, a consciência de que a PJM se estava a preparar para não respeitar o despacho da Procuradora Geral da República?

Tal como respondi na pergunta anterior, o documento em questão não foi recebido no meu Gabinete, não podendo, portanto, ter conhecimento de qualquer iniciativa da PJM nos termos sugeridos.

9. Teve o Sr. Primeiro-Ministro, em algum momento, consciência de que a PJM estaria a desenvolver uma "investigação paralela", tal como foi afirmado pelo Major Vasco Brazão nesta Comissão, não se reduzindo ao seu papel de coadjuvar nas investigações da Polícia Judiciária?

Não.

O Primeiro Ministro

10. Em algum momento teve alguma conversa com o Ministro da Defesa Nacional sobre este assunto? Alguma vez lhe foi transmitida esta possibilidade por parte do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional?

Não.

11. Como e quando soube da recuperação do material furtado em Tancos?

Soube pelo ex-Ministro da Defesa Nacional, no próprio dia da recuperação.

12. Tendo na sua posse o memorando de 4 de agosto e do despacho da PGR de 4 de julho de 2017 não ficou surpreendido com o facto de ter sido a PJM a recuperar esse material e não a PJ? Não estranhou a existência de um comunicado da PJM a referir a existência de diligências deste órgão policial?

Tal como respondi em perguntas anteriores, nunca foi recebido no meu Gabinete um documento com esse teor, tal como, acrescento, não tive conhecimento oficial do despacho da senhora ex-Procuradora Geral da República, de 4 de julho de 2017.

Desse dia apenas recordo a satisfação com a notícia de ter sido recuperado o material militar furtado dos PNT.

13. Teve conhecimento do telefonema da Procuradora-Geral da República ao Ministro da Defesa Nacional dando conta do seu descontentamento pela forma como tinha sido feita a recuperação do material e com o afastamento da Polícia Judiciária? Teve conhecimento das preocupações demonstradas pela PGR quanto à atuação da PJM neste processo? O Ministro da Defesa Nacional deu-lhe conhecimento deste telefonema que indiciava um comportamento grave

O Primeiro Ministro

***por parte da PJM? Se teve conhecimento que medidas tomou neste caso?
Coordenou com o Ministro da Defesa Nacional alguma ação neste âmbito?***

O ex-Ministro da Defesa Nacional referiu-me o contacto da ex-Procuradora-Geral da República, que teria a intenção de enviar uma participação por escrito, para efeitos de abertura de um processo disciplinar. Tanto quanto é do meu conhecimento, essa participação nunca foi formalizada.

14. Entre 20 de outubro de 2017, data da entrega de um documento e uma fita do tempo, elaborados pelo Coronel Luís Vieira, que ficaram conhecidos por "memorando de Tancos", no gabinete do Ministro da Defesa Nacional e 12 de outubro de 2018, data do envio do mesmo ao seu gabinete não se apercebeu do comportamento da PJM neste processo? O que se passou durante todo este tempo? Existiram contactos com o Ministro da Defesa Nacional sobre este assunto? Teve qualquer conhecimento ou indício de que a PJM teria agido à margem da lei na recuperação das armas furtadas nos PNT?

Como referi em resposta a pergunta anterior, apenas na manhã do dia 12 de outubro de 2018, me foi presente, pelo meu Chefe do Gabinete, um "documento" não assinado, não datado e não timbrado, que junto em anexo. Tinha-lhe sido entregue pelo Assessor Militar, Major-general Tiago Vasconcelos, a quem pouco tempo antes nesse mesmo dia fora facultado pelo Tenente-general Martins Pereira.

15. O Sr. Primeiro Ministro declarou, na sequência da recuperação do material furtado nos PNT, de que tudo tinha sido recuperado. Sabendo que isso não correspondia à verdade que informações tinha para fazer essa afirmação?

C. Primeiro Ministro

Quem lhe deu a informação de que o material furtado em Tancos teria sido todo recuperado?

As referidas declarações foram feitas num momento em que a informação disponível era a de que esse material tinha sido recuperado. Aliás, é isso mesmo que consta no comunicado divulgado à época pela Polícia Judiciária Militar.

16. No dia 10 de outubro de 2018 o Sr. Primeiro-Ministro negou, a pergunta do Deputado Fernando Negrão do PSD, que tivesse conhecimento dos documentos que o ex-chefe de gabinete do então ministro Azeredo Lopes dizia ter recebido. Ora, nesta Comissão o Dr. Francisco André e o Major-General Tiago Vasconcelos, afirmaram que decidiram pedir esse documento ao General Martins Pereira no dia 11 de outubro de 2018, tendo sido o mesmo enviado para o seu gabinete no dia 12 de outubro de manhã. Deu instruções ao seu Chefe de Gabinete para obter o documento que tinha sido entregue, no dia 20 de outubro de 2017, pelo Coronel Luis Vieira e pelo Major Vasco Brazão ao General Martins Pereira, chefe de Gabinete do MDN?

Face às numerosas notícias que, desde o final da tarde de 10 de outubro de 2018, estavam a ser veiculadas na comunicação social, com informação contraditória sobre o referido “documento”, o meu Chefe do Gabinete e o Assessor Militar, Major-general Tiago Vasconcelos, tomaram diligências nos dias 11 e 12 de outubro de 2018, no sentido de procurar esclarecer a veracidade dessas notícias.

Nas circunstâncias que já referi, o “documento” que anexo, foi-me presente apenas na manhã do dia 12 de outubro de 2018, pelo meu Chefe do Gabinete.

O Primeiro Ministro

17. Quando teve conhecimento da existência deste memorando de Tancos?

Se por “memorando” se entende o “documento” que anexo, o mesmo foi-me entregue nas circunstâncias referidas na resposta anterior.

18. Quando teve acesso ao “memorando de Tancos”? Que conclusões tirou da sua leitura?

Se a pergunta se refere ao “documento” que anexo, foi-me entregue nas circunstâncias referidas nas duas respostas anteriores.

Constatede tratar-se de algumas folhas de papel sem qualquer timbre, data, rubrica ou assinatura, epígrafe contendo assunto ou registo de qualquer tipo que permitisse identificar a sua origem. Aparentemente, descreve um conjunto de técnicas e procedimentos operacionais que teriam sido empregues pela Polícia Judiciária Militar para recuperar o material que fora furtado em Tancos. A leitura do mesmo revela: a) o objetivo preciso de recuperar o material furtado; b) a preocupação em salvaguardar a identidade de um informador; e c) indicia que a Polícia Judiciária Militar procurou ocultar à Polícia Judiciária o conhecimento desta operação.

19. No dia 12 de outubro de 2018 teve uma reunião com o Ministro da Defesa Nacional onde lhe apresentou este memorando de Tancos, tal como o próprio declarou nesta Comissão. Confirma que mostrou o memorando de Tancos ao Ministro da Defesa Nacional?

C. Primeira Ministro

Confirmando que no dia 12 de outubro de 2018 mostrei ao ex-Ministro da Defesa Nacional o "documento" que anexo, que me fora presente pouco tempo antes, nesse mesmo dia, pelo meu Chefe do Gabinete, nas circunstâncias que venho referindo em respostas anteriores.

Dessa reunião, fiquei com a convicção de que o ex-Ministro da Defesa Nacional nunca o tinha visto anteriormente.

20. Quais os assuntos que foram tratados nessa reunião? Foi discutida a demissão do Ministro da Defesa Nacional? Em algum momento sugeriu a demissão do Ministro da Defesa Nacional? Discutiram o conteúdo do memorando de Tancos nessa reunião? A que conclusões chegaram? Foi decidida tomar alguma ação? Do memorando de Tancos conclui-se da existência de um acordo, de uma encenação e de uma ação da PJM completamente à margem da PJ. Que fez em relação a isso?

Nessa reunião foi-me apresentado, pelo próprio, e por mim aceite, o pedido de demissão das funções de Ministro da Defesa Nacional, constando no comunicado que o mesmo tornou público na tarde do dia 12 de outubro de 2018 as razões por que o fizera.

Nessa mesma reunião, tive ainda ocasião de mostrar ao senhor ex-Ministro da Defesa Nacional o "documento" que anexo e que me fora presente nessa mesma manhã pelo meu Chefe do Gabinete.

21. Que razões justificaram a sua aceitação do pedido de demissão do Ministro da Defesa Nacional depois de ter afirmado, poucos dias antes no Parlamento, que mantinha a confiança no seu ministro?

O Primeiro Ministro

Sobre a demissão do ex-Ministro da Defesa Nacional, remeto para o comunicado já referido na resposta à pergunta anterior, que o mesmo tornou público na tarde do dia 12 de outubro de 2018.

22. Que justificação dá para no dia 26 de outubro de 2018, em Sintra, ter feito declarações afirmando que não conhecia o memorando de Tancos entregue no gabinete do Ministro da Defesa Nacional no dia 20 de outubro de 2017 quando o seu chefe de gabinete, Dr. Francisco André, afirmou nesta Comissão que lho entregou na manhã dia 12 de outubro de 2018?

Como resulta claro das minhas declarações em Sintra, no dia 26 de outubro de 2018, o contexto temporal da pergunta reportava-se ao momento da recuperação do material de Tancos, isto é, outubro de 2017. E nessa altura, outubro de 2017, não tinha qualquer conhecimento do “documento” que anexo, o qual, como bem refere a pergunta, ser-me-ia presente pelo meu Chefe do Gabinete apenas cerca de um ano depois, na manhã de 12 de outubro de 2018.

23. Deu alguma indicação ou orientação ao novo Ministro da Defesa Nacional sobre a manutenção ou não do CEME, General Rovisco Duarte e sobre a condução deste dossier de Tancos?

As razões da exoneração, a seu pedido, do ex-Chefe do Estado-Maior do Exército foram tornadas públicas pelo próprio na altura, não havendo nada a acrescentar ao que ele próprio e o atual Ministro da Defesa Nacional declararam nas suas respetivas audições nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Primeiro Ministro

24. Que responsabilidades políticas retira deste processo de Tancos que provocou, através de uma gestão desastrosa deste dossier por parte do Governo, feridas profundas na Instituição militar, nomeadamente no Exército português? Considera que o Governo agiu de acordo com as suas responsabilidades neste caso?

O Governo, no quadro das suas responsabilidades, agiu corretamente, adotando ou promovendo a adoção imediata de todas as medidas adequadas no quadro dos procedimentos estabelecidos, incluindo, como já referi, as medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos deste tipo, tendo as entidades competentes considerado, aliás, não se justificar a alteração do grau de ameaça à segurança interna em vigor. Foram ainda efetuadas todas as verificações necessárias com vista a garantir a segurança física das instalações militares e executada a realocização para outras instalações do material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Paíóis Nacionais de Tancos.

25. O País foi confrontado com um caso que abalou a credibilidade das nossas forças armadas. Estas foram as palavras consensuais de todos militares que passaram por esta comissão. A imagem de Portugal ficou afetada, esta é a opinião dos portugueses e das instituições internacionais.

O resultado visível foi a decapitação da cadeia de comando das nossas forças armadas e a clara descoordenação das várias instituições de segurança e defesa, a PJM, rebelou-se contra uma orientação da PGR, desrespeitando o estado de direito!

E conseqüências políticas? Não entende o Senhor Primeiro-ministro que o estado falhou na avaliação inicial? Não entende o Sr. Primeiro-ministro que o Ministro da Defesa, fez uma má gestão do caso Tancos?

O Primeiro Ministro

Não é claro para o Sr. Primeiro-ministro, que o governo, em toda a cadeia hierárquica, logo, em primeiro lugar, o Sr. Primeiro-ministro, teve uma atitude de desvalorização e desresponsabilização, que permitiu todo o avolumar do caso Tancos?

Não entende o Sr. Primeiro-ministro que com esta atitude, a segurança e defesa dos portugueses não foi garantida e que não tirou daí as ilações políticas objetivas? .

O Governo em nenhum momento desvalorizou a ocorrência de Tancos e agiu em conformidade com a avaliação efetuada pelas entidades competentes de que não se justificava alterar o grau de ameaça à segurança interna. No quadro das suas responsabilidades, o Governo atuou corretamente e com o sentido de Estado que as circunstâncias impunham, adotando ou promovendo a adoção imediata de todas as medidas adequadas no quadro dos procedimentos estabelecidos, incluindo as medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos similares. Ao mesmo tempo, foram adotadas todas as providências que se impunham para garantir que o material militar à guarda do Exército e das Forças Armadas estivesse devidamente protegido e seguro.

Perguntas formuladas pelo Grupo Parlamentar do Partido do Centro Democrático Social-Partido Popular:

1. Em que momento tomou conhecimento do furto aos Paíóis Nacionais de Tancos (PNT) ocorrido em junho de 2017?

No próprio dia em que a ocorrência foi descoberta.

O Primeiro Ministro

2. Por quem é que lhe foi transmitido e que diligências tomou consequentemente e de imediato?

A ocorrência foi-me informada pelo ex-Ministro da Defesa Nacional, que me transmitiu também que tinham sido efetuadas as diligências adequadas às circunstâncias.

3. Confirma que esteve ausente do país entre 2 e 9 de julho de 2017?

Confirmo.

4. Em caso de resposta afirmativa, que contactos teve, respeitantes a este assunto, durante aquele período, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro da Defesa Nacional, a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna e o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa e/ou outros membros do Governo?

Como é óbvio, mesmo ausente do país, estive em contacto permanente com os membros do Governo e com as entidades referidas.

5. Recebeu informações na sequência da reunião da UCAT de 29 de junho? Quais; e com que conteúdo?

O Primeiro Ministro

Na reunião da UCAT de 29 de junho de 2017 este assunto de Tancos não foi abordado. Conforme acertado entre mim e a senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, foi convocada uma reunião extraordinária da UCAT para o dia seguinte, 30 de junho de 2017, tendo como ponto único da sua agenda o furto de Tancos.

Logo após o termo desta reunião, a senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna transmitiu-me a avaliação efetuada dos potenciais impactos para a segurança interna, e a conclusão de que não se justificava alterar o grau de ameaça à segurança interna, ao mesmo tempo que me deu conta do acionamento dos procedimentos previstos e pertinentes, assim como das adequadas medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos deste tipo.

A senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna esclareceu, em particular, que não havia qualquer indício de ligações a ameaça terrorista ou criminalidade organizada.

6. Considerando que o mecanismo de reposição de fronteiras foi abordado naquela reunião, e tratando-se "de uma decisão de natureza e esfera iminentemente política", ponderou a ativação desse instrumento?

Não foi colocado à consideração do Governo ponderar a ativação do mecanismo de reposição de fronteiras, sem prejuízo do funcionamento normal dos mecanismos de partilha de informação no âmbito Schengen.

7. Que medidas de segurança foram suplementarmente equacionadas por V.Ex.ª?

O Primeiro Ministro

Todas as medidas de segurança foram adequadas e prontamente adotadas pelas diversas entidades com competências na matéria.

De resto, o Governo, no quadro das suas responsabilidades, adotou ou promoveu de imediato todas as medidas adequadas no quadro dos procedimentos estabelecidos, incluindo as medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos deste tipo. Foram ainda efetuadas todas as verificações necessárias com vista a garantir a segurança física das instalações militares e executada a realocação para outras instalações do material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Países Nacionais de Tancos.

8. Alguma vez tomou conhecimento, nomeadamente através do Ministro da Defesa Nacional, do estado das condições físicas e de segurança dos PNT?

Até ao momento em que foi detetado o furto do material nos Países Nacionais de Tancos, não fui informado especificamente do estado das condições físicas e de segurança dos mesmos.

9. Como é que avalia o facto do Secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa e a Secretária-geral do Sistema de Segurança Interna terem tomado conhecimento do furto aos PNT pela comunicação social?

Avalio negativamente. A informação devia ter sido comunicada imediatamente à Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna pela autoridade que em primeiro lugar teve conhecimento da ocorrência.

10. Que reflexão foi feita no quadro do Governo sobre os mecanismos de cooperação entre Forças e Serviços de Segurança, nomeadamente os Serviços de Informações, e as Forças Armadas? E que melhorias foram introduzidas?

Neste ou em qualquer outro caso concreto, é sempre necessário retirar todas as lições que proporcionem uma melhoria dos mecanismos de troca e partilha de informação existentes.

Essa reflexão é, aliás, permanente e contínua, decorrendo não apenas ao nível do Governo, mas também, individualmente, em cada uma das organizações referidas, bem como nos diversos órgãos, onde, a diversos níveis, as diferentes organizações estão representadas e participam ativamente. Sempre que dessa reflexão resulte a necessidade de agir, por exemplo aperfeiçoando a legislação existente ou promovendo nova legislação, o Governo age.

11. V.Ex.^a convocou no dia 11 de julho de 2017 uma reunião com o Ministro da Defesa Nacional e os quatro chefes militares. Pode detalhar o conteúdo dessa reunião?

Nessa reunião, com o então senhor Ministro da Defesa Nacional e as chefias militares, foi-me feito um relatório circunstanciado sobre a natureza, características e condições operacionais do material furtado e de outro material que, estando depositado nesse Paíol, aí havia permanecido.

Por outro lado, as Chefias Militares asseguraram-me que a segurança das instalações militares estava assegurada. Verifiquei ainda que, sob a orientação do ex-Ministro da Defesa Nacional, estavam já a ser preparadas todas as medidas necessárias para reforçar a segurança nas instalações à guarda das Forças Armadas. Ao longo das semanas seguintes pude constatar a concretização do

O Primeiro Ministro

robustecimento da segurança física de algumas instalações para onde seria movimentado o material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Paíóis Nacionais de Tancos.

O CEMGFA, General Pina Monteiro, deu, aliás, nesse dia, nota pública da informação que me foi prestada nessa reunião.

12. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Pina Monteiro, afirmou no final dessa reunião, que o valor do material furtado dos PNT seria de "34 mil euros" e que os lança-granadas foguete "provavelmente não terão possibilidade de ser utilizados com eficácia". V.Ex.^a reviu-se na declaração produzida pelo General Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas? Ou entende que refletiu uma tentativa de desvalorização da gravidade dos acontecimentos?

As declarações do senhor Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas foram, com toda a certeza, proferidas com base na informação factual existente.

Não tinha, nem tenho, motivos para colocar em causa a palavra do ex-CEMGFA, General Pina Monteiro.

13. Que avaliação lhe foi reportada relativamente à perigosidade do material; e por quem?

Na referida reunião de 11 de julho foram reportadas as características técnicas, possibilidades e limitações dos diversos tipos de material furtado, informação de que o General CEMGFA deu nota pública no final da reunião.

O Primeiro Ministro

14. Teve conhecimento das atas das reuniões da UCAT de 5 de julho de 2017 e de 18 de julho e 2018; e dos factos graves nelas constantes?

Por norma não me é dado conhecimento das atas das reuniões da UCAT.

Informo ainda que as atas referidas foram efetivamente remetidas ao meu Gabinete, mas apenas em abril de 2019, quando foram solicitadas ao Governo por essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

15. A que horas e por via de quem tomou V.Ex.^a conhecimento da recuperação do material militar na Chamusca?

Não me sendo possível precisar a hora exata, soube pelo ex-Ministro da Defesa Nacional no próprio dia da recuperação.

16. Teve conhecimento de que o ex-Diretor da PJM, o Coronel Luís Vieira, reuniu com o Ministro da Defesa Nacional na manhã do dia 18 de outubro de 2017, na sequência do "achamento" do material militar furtado?

Não.

17. Teve conhecimento do facto do gabinete do Ministro da Defesa Nacional de então ter verificado "do ponto de vista da comunicação pública o grau satisfatório do comunicado" da PJM do dia 18 de outubro de 2017, tal como foi reconhecido pelo Prof. Dr. Azeredo Lopes, na audição de 7 de maio de 2019 na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)?

Não.

C.º Primeiro Ministro

18. Considera V.Ex.ª adequada a participação do Governo na redação ou validação de um comunicado de um órgão de polícia criminal, que está na dependência funcional do Ministério Público, no âmbito de uma investigação criminal, antes de o Ministério Público ter sido informado?

O ex-Ministro da Defesa Nacional explicou nas suas declarações à Comissão Parlamentar de Inquérito as circunstâncias em que o seu Gabinete apoiou, tecnicamente, a elaboração do comunicado. Dessas declarações resulta claro que o Governo não participou “na redação ou validação de um comunicado de um órgão de polícia criminal, que está na dependência funcional do Ministério Público, no âmbito de uma investigação criminal”.

19. Soube do contacto telefónico da então Senhora Procuradora-Geral da República, Dra. Joana Marques Vidal, com o ex-Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. Azeredo Lopes, a 18 de outubro de 2017, em que demonstrou a sua insatisfação pelo facto da PGR ter tido conhecimento da recuperação através do comunicado da PJM, por o Diretor-geral da PJM não ter atendido nem retribuído os seus contactos telefónicos bem como dos do Diretor do DCIAP?

O ex-Ministro da Defesa Nacional referiu-me o contacto da ex-Procuradora Geral da República, que teria a intenção de enviar uma participação por escrito, para efeitos de abertura de um processo disciplinar. Tanto quanto é do meu conhecimento, essa participação nunca foi formalizada.

20. Por quem e quando é que teve conhecimento destes factos?

Não sei precisar a data em que o ex-Ministro da Defesa Nacional me referiu o telefonema da ex-Procuradora Geral da República.

O Primeiro Ministro

21. Como explica que, mesmo depois do Governo que V.Ex.^a lidera ter tomado conhecimento dos factos acima enunciados a 18 de outubro de 2017, V.Ex.^a tenha elogiado a atuação da PJM a 20 de outubro de 2017?

Naturalmente, congratulei-me com a recuperação do material militar, o que, independentemente das circunstâncias, foi, por si, um facto importante.

22. V.Ex.^a afirmou publicamente a 22 de outubro de 2017 que "por ação da PJM, já foi recuperado todo o material que tinha desaparecido". Quem é que lhe assegurou que o material militar havia sido todo recuperado?

As referidas declarações foram feitas num momento em que a informação disponível era a de que esse material tinha sido recuperado. Aliás, é isso mesmo que consta no comunicado divulgado à época pela Polícia Judiciária Militar.

23. Alguma vez corrigiu publicamente essa declaração, que se se sabe que não corresponde à verdade? Não considera que o devia ter feito?

Como respondi na pergunta anterior, essa declaração pública foi feita com base na informação disponível no momento.

24. Quando é que teve conhecimento da efetiva quantidade do material recuperado?

Confio que a conclusão da investigação judiciária em curso permitirá clarificar definitivamente qual o material furtado, e qual o material recuperado.

3º Primeiro Ministro

25. Como valoriza V.Ex.^a o facto do Governo que V.Ex.^a dirige ter sido informado, a 20 de outubro de 2017, pelo Ex-Diretor da PJM, Coronel Luís Vieira, acompanhado do Inspetor da PJM, Major Vasco Brazão, através da entrega de um documento, ao ex-Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Tenente-General Martins Pereira, que a ação da PJM inicialmente reportada não correspondia à verdade, que tinha sido realizada através de uma investigação paralela, contrária ao Comunicado da PGR, de 4 de agosto de 2017, e através do recurso a ilegalidades?

Compete às autoridades judiciárias, no âmbito da investigação em curso, apurar a verdade dos factos e proceder à respetiva valoração jurídica.

26. Que relevância atribuiu aos factos relatados no mesmo documento, nomeadamente:

- a. **"O informador da PJM diz que vai dar a localização de umas granadas, como prova de que fala a verdade, mas PJM tem de guardar essas granadas dois dias e nunca chamar a PJ e que depois ele dará a localização do resto do material sempre com a condição do não envolvimento da PJ e que se o acordo for quebrado o material de Tancos desaparece e a família do Major Brazão não terá descanso";**
- b. **"Major Brazão dá ordem a um militar seu para às 03 da manhã fazer uma chamada para o piquete, que nesse dia era o próprio Major Brazão";**
- c. **"Major Brazão com receio que o Major Pinto da Costa comece a fazer diligências que colocassem a PJ no local, informa o Diretor-geral da PJM e informa-o do "contrato"?"**

Compete às autoridades judiciárias, no âmbito da investigação em curso, apurar a verdade dos factos e proceder à respetiva valoração jurídica.

Quanto à minha apreciação, remeto para a resposta à pergunta 18 do Grupo Parlamentar do PSD.

27. Em que momento tomou conhecimento destes factos?

Tal como já referi em respostas anteriores, apenas na manhã do dia 12 de outubro de 2018, me foi presente, pelo meu Chefe do Gabinete, um “documento” não assinado, não datado e não timbrado, que junto em anexo. Tinha-lhe sido entregue pelo Assessor Militar, Major-general Tiago Vasconcelos, a quem pouco tempo antes nesse mesmo dia fora facultado pelo Tenente-general Martins Pereira.

28. A partir do momento em que tomou conhecimento dos factos acima enunciados que ações tomou o governo?

Na sequência da detenção do ex-diretor da Polícia Judiciária Militar, no dia 25 de setembro de 2018, o ex-Ministro da Defesa Nacional havia determinado à Inspeção-geral de Defesa Nacional, a 4 de outubro de 2018, uma auditoria ao processo de prevenção e investigação criminal na Polícia Judiciária Militar. No seguimento das conclusões da referida auditoria, a 1 de abril de 2019, o atual Ministro da Defesa Nacional determinou uma ação inspetiva à Polícia Judiciária Militar com o objetivo de proceder ao apuramento da legalidade da atuação da mesma no processo de recuperação do material furtado nas instalações militares de Tancos.

O Primeiro Ministro

29. Como é que explica que o Governo que V. Ex.^o lidera tenha tido, durante quase um ano, até à detenção do ex-Diretor da PJM, Coronel Luís Vieira, em sua posse um documento entregue a 20 de outubro ao então Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, que dava conta destes factos, sem que nada tenha feito e o tenha ocultado?

Como já referi em respostas anteriores, apenas tive conhecimento a 12 de outubro de 2018 do “documento” que anexo, que mostrei ao ex-Ministro da Defesa Nacional nessa mesma manhã, tendo ficado com a convicção de que ele nunca o tinha visto anteriormente.

30. Como explica V.Ex.^o que no debate quinzenal de 10 de outubro de 2018 tenha afirmado, em resposta a um deputado, que “não queria acreditar que” esse mesmo deputado “pudesse ter acesso a documentos em segredo de justiça”, e depois, no dia 12 de outubro, tenha acedido a esse mesmo documento, tendo para isso validado a obtenção do mesmo pelo seu Chefe de Gabinete atual?

Efetivamente, no debate quinzenal – a 10 de outubro de 2018 – estranhei que o conteúdo de um documento que alegadamente acabara de ser entregue às autoridades judiciais e que, até aí, teria tido uma circulação extremamente restrita, e que eu próprio desconhecia, já pudesse eventualmente ser do conhecimento dos senhores Deputados.

Posteriormente, face às numerosas notícias que, desde o final da tarde desse mesmo dia, estavam a ser veiculadas na comunicação social, com informação contraditória sobre o referido “documento” e o seu teor, o meu Chefe do Gabinete e o Assessor Militar tomaram diligências nos dias 11 e 12 de outubro de 2018, no sentido de procurar esclarecer a veracidade dessas notícias.

C. Primeiro Ministro

31. Face ao exposto, considera que a atuação da PJM configura uma ilicitude; e que deveria ter merecido da parte do governo a entrega da documentação recebida à PGR e abertura de uma ação inspetiva à PJM, que só acabou por ser determinada um ano depois, quando os factos vieram a público na sequência da detenção do ex-diretor da PJM?

Remeto para as respostas às perguntas n.ºs 28 e 29.

32. Por que razão V.Ex.ª afirmou, a 26 de outubro de 2018, não conhecer o documento entregue pelo ex-Diretor-geral da PJM e da Inspetor da PJM, Major Vasco Brazão ao então Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Tenente-general Martins Pereira, "nem através de Azeredo Lopes, nem através de ninguém", quando o seu Chefe de Gabinete afirmou categoricamente que lho entregou no dia 12 de outubro de 2018?

Como resulta claro das minhas declarações em Sintra, no dia 26 de outubro de 2018, o contexto temporal da pergunta reportava-se ao momento da recuperação do material de Tancos, isto é, outubro de 2017. E nessa altura, outubro de 2017, não tinha qualquer conhecimento do "documento" que anexo, o qual, como bem refere a pergunta, ser-me-ia presente pelo meu Chefe do Gabinete apenas cerca de um ano depois, na manhã de 12 de outubro de 2018.

33. Confirma que reuniu com o ex-Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. José Alberto Azeredo Lopes, a 12 de outubro de 2018?

Confirmo.

O Primeiro Ministro

34. Pode detalhar o conteúdo dessa reunião e quais as razões que levaram à sua demissão?

Nessa reunião foi-me apresentado, pelo próprio, e por mim aceite, o pedido de demissão das funções de Ministro da Defesa Nacional, constando no comunicado que o mesmo tornou público na tarde do dia 12 de outubro de 2018 as razões por que o fizera.

35. O facto de este ter tido conhecimento do teor do documento entregue pelo ex-Diretor-geral da PJM e do Inspetor da PJM, Major Vasco Brazão ao então Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Tenente-general Martins Pereira, a 20 de outubro de 2017, contribuiu para a demissão do Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. Azeredo Lopes? Se sim, em que medida?

Tal como respondi na pergunta anterior, as razões que levaram ao pedido de demissão do ex-Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor José Alberto Azeredo Lopes, no dia 12 de outubro de 2018, constam no comunicado publicado pelo próprio na tarde desse dia.

36. Quando é que V.Ex.^a convidou o Embaixador João Cravinho para assumir as funções de Ministro da Defesa Nacional?

No dia 12 de outubro de 2018, depois de ter aceite o pedido de demissão do ex-Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor José Alberto Azeredo Lopes.

37. Foi noticiado - apesar de desmentido na CPI pelo atual Ministro da Defesa Nacional - que este teria imposto como condição à sua aceitação a exoneração do então Chefe do Estado-Maior do Exército. Tendo o convite resultado de uma conversa entre V.Ex.^a e o atual Ministro da Defesa Nacional, e uma vez que foi noticiado aquela condição, foi V.Ex.^a que deu instruções no sentido de essa informação ser transmitida à comunicação social?

O ex-Chefe do Estado-Maior do Exército foi exonerado a seu pedido, como é do conhecimento público, e nem o atual Ministro da Defesa Nacional colocou essa questão, nem foram dadas quaisquer instruções para se transmitir algo desse teor à comunicação social.

38. Como explica V.Ex.^a ter mantido, até ao dia 12 de outubro de 2018, a confiança política no Ministro da Defesa Nacional, o Prof. Dr. José Azeredo Lopes?

Como tive oportunidade de afirmar em resposta a pergunta de outro Grupo Parlamentar, considero que o Professor Doutor Azeredo Lopes sempre desempenhou com lealdade as funções de Ministro da Defesa Nacional.

Por outro lado, tal como afirmei acima, as razões que levaram ao pedido de demissão do ex-Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor José Alberto Azeredo Lopes, no dia 12 de outubro de 2018, constam no comunicado publicado pelo próprio na tarde desse dia.

O Primeiro Ministro

Respondidas todas as questões que me foram enviadas pelos diversos Grupos Parlamentares, cumpre-me apresentar a V. Exa., Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos, a expressão dos meus melhores cumprimentos,

Palacete de São Bento, Lisboa, 17 de maio de 2019

António Luís Santos da Costa

António Luís Santos da Costa